



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1ª Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de março de 2024 foram visados 208 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando 1,6 mil milhões de euros.

No mesmo período houve quatro recusas de visto, no valor de 10,7 milhões de euros.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS DE MARÇO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	108	38,57	488 902 322,75	29,81
Visto com Recomendações	63	22,50	1 119 394 606,50	68,26
Declaração de Conformidade Homologada	37	13,21	19 964 354,38	1,22
Recusa de Visto	4	1,43	10 679 366,92	0,65
Outras extinções da instância (*)	68	24,29	880 000,00	0,05
TOTAL DE DECISÕES	280	100	1 639 820 650,55	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2024

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	260	35,81	1 164 688 888,21	38,80
Visto com Recomendações	181	24,93	1 721 961 404,06	57,37
Declaração de Conformidade Homologada	97	13,36	86 296 034,87	2,88
Recusa de Visto	9	1,24	24 008 413,34	0,80
Outras extinções da instância (*)	179	24,66	4 625 887,15	0,15
TOTAL DE DECISÕES	726	100	3 001 580 627,63	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão